

A REDUÇÃO DO PODER DE COMPRA DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS E A POLÍTICA DO GOVERNO DO PS DE ANTÓNIO COSTA

Numa altura em que os trabalhadores da Função Pública procuram recuperar direitos e rendimentos perdidos pareceu-nos que seria importante fazer uma análise da sua situação atual. O Quadro 1, com os últimos dados oficiais divulgados pela DGAEP em Junho de 2018, permite analisar a variação do número de trabalhadores, da Remuneração Média Base mensal (RMBM) e do Ganho Médio Mensal (GMM) dos trabalhadores de todas as Administrações Públicas (Central, Local e Regional) com o atual governo.

Quadro 1- A variação do número de trabalhadores, das Remunerações Base Mensais (RBMM) e do Ganho Médio Mensal (GMM) ilíquidos (antes de deduzir IRS e descontos) dos Trabalhadores das Administrações Públicas desde 31/12/2011 e durante o Governo PS/Costa – 2015-2018 – Fonte: DGAEP

CARGO / CARREIRA / GRUPO	31/12/ 2011 Nº Trab.	30/09/ 2015 Nº Trab.	31/03/ 2018 Nº Trab.	Var. 2015/ 2018 Nº Trab.	Var. % 15/18	Out. 2015		Jan. 2018		Aumento bruto 2015/2018		Var. % GMM 15- 18
						RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	
Total	727 785	649 416	674 379	24 963	3,8%	1 402 €	1 620 €	1 466 €	1 706 €	63 €	86 €	5,3%
Representantes do poder legislativo (a)	3 165	2 215	2 353	138	6,2%	2 435 €	3 048 €	2 681 €	3 388 €	246 €	340 €	11,1%
Dirigente superior:	1 933	1 639	1 599	-40	-2,4%	3 642 €	4 465 €	3 909 €	4 865 €	268 €	400 €	9,0%
Dirigente Superior de 1.º grau	738	617	588	-29	-4,7%	3 818 €	4 712 €	4 096 €	5 110 €	279 €	397 €	8,4%
Dirigente Superior de 2.º grau	1 195	1 022	1 011	-11	-1,1%	3 533 €	4 312 €	3 795 €	4 715 €	262 €	403 €	9,3%
Dirigente intermédio:	11 019	9 262	10 083	821	8,9%	2 510 €	2 990 €	2 674 €	3 158 €	164 €	168 €	5,6%
Dirigente Intermédio de 1.º grau	3 117	2 520	2 619	99	3,9%	2 969 €	3 652 €	3 175 €	3 853 €	206 €	202 €	5,5%
Dirigente Intermédio de 2.º grau	5 144	4 828	5 219	391	8,1%	2 516 €	2 940 €	2 691 €	3 129 €	174 €	190 €	6,5%
Dirigente Intermédio de 3.º e mais graus	2 758	1 914	2 245	331	17,3%	1 870 €	2 222 €	2 039 €	2 402 €	169 €	180 €	8,1%
Técnico Superior	58 132	55 415	62 428	7 013	12,7%	1 622 €	1 779 €	1 652 €	1 817 €	30 €	38 €	2,1%
Assistente técnico/administrativo (b)	97 952	85 042	84 224	-818	-1,0%	909 €	1 045 €	913 €	1 067 €	4 €	22 €	2,1%
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	173 609	152 045	151 876	-169	-0,1%	608 €	742 €	644 €	799 €	37 €	57 €	7,7%
Informático	5 195	4 888	5 005	117	2,4%	1 676 €	1 853 €	1 730 €	1 917 €	53 €	65 €	3,5%
Magistrado	3 804	3 903	3 738	-165	-4,2%	4 514 €	5 285 €	4 971 €	5 742 €	457 €	457 €	8,7%
Diplomata (d)	372	349	348	-1	-0,3%	2 341 €	8 570 €	2 557 €	10 105 €	216 €	1 535 €	17,9%
Pessoal de Investigação Científica	1 816	1 359	1 494	135	9,9%	3 124 €	3 243 €	3 295 €	3 420 €	171 €	177 €	5,5%
Docente Ensino Universitário	13 997	13 565	14 763	1 198	8,8%	3 277 €	3 387 €	3 527 €	3 649 €	249 €	262 €	7,7%
Docente Ensino Superior Politécnico	9 694	7 844	9 827	1 983	25,3%	2 814 €	2 930 €	3 062 €	3 189 €	248 €	259 €	8,8%
Educ. Infância e Doc. Ens. Básico/Secund.	151 170	124 875	134 940	10 065	8,1%	1 969 €	2 077 €	2 005 €	2 115 €	36 €	39 €	1,9%
Pessoal de Inspeção	1 731	1 586	1 667	81	5,1%	2 078 €	2 410 €	2 216 €	2 608 €	138 €	198 €	8,2%
Médico	25 049	26 914	30 299	3 385	12,6%	2 620 €	3 422 €	2 753 €	3 637 €	133 €	215 €	6,3%
Enfermeiro	42 769	41 338	44 844	3 506	8,5%	1 307 €	1 513 €	1 322 €	1 571 €	15 €	58 €	3,8%
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	8 935	8 563	8 913	350	4,1%	1 221 €	1 385 €	1 226 €	1 422 €	5 €	37 €	2,6%
Técnico Superior de Saúde	1 913	1 883	1 850	-33	-1,8%	1 804 €	2 020 €	1 856 €	2 100 €	52 €	80 €	4,0%
Administração Tributária e Aduaneira:	9 926	9 463	9 240	-223	-2,4%	1 791 €	1 981 €	1 913 €	2 113 €	122 €	133 €	6,7%
Chefia Tributária						2 183 €	2 308 €	2 274 €	2 410 €	91 €	102 €	4,4%
Pessoal de Administração Tributária						1 773 €	1 883 €	1 907 €	2 021 €	133 €	137 €	7,3%
Pessoal Aduaneiro						1 519 €	2 202 €	1 590 €	2 336 €	71 €	134 €	6,1%
Conservador e Notário	682	619	601	-18	-2,9%	3 349 €	3 625 €	3 707 €	4 074 €	358 €	449 €	12,4%
Oficial dos Registos e do Notariado	4 568	4 066	3 977	-89	-2,2%	1 827 €	1 993 €	1 888 €	2 073 €	61 €	80 €	4,0%
Oficial de Justiça	8 095	7 732	7 706	-26	-0,3%	1 352 €	1 587 €	1 361 €	1 607 €	9 €	20 €	1,3%
Forças Armadas: (*)	34 514	29 978	26 720	-3 258	-10,9%	1 131 €	1 517 €	1 195 €	1 609 €	64 €	92 €	6,1%
Forças Armadas - Oficial						1 765 €	2 334 €	1 813 €	2 419 €	49 €	85 €	3,7%
Forças Armadas - Sargento						1 385 €	1 816 €	1 403 €	1 858 €	18 €	42 €	2,3%
Forças Armadas - Praça						705 €	984 €	719 €	1 002 €	14 €	18 €	1,8%
Polícia Judiciária	2 318	2 211	2 126	-85	-3,8%	1 761 €	2 164 €	1 854 €	2 284 €	94 €	121 €	5,6%
Polícia de Segurança Pública: (*)	21 934	20 933	20 615	-318	-1,5%	1 343 €	1 810 €	1 413 €	1 919 €	71 €	110 €	6,1%
Polícia de Segurança Pública - Oficial						1 906 €	2 273 €	2 054 €	2 441 €	148 €	168 €	7,4%
PSP - Chefe de Polícia						1 685 €	2 130 €	1 803 €	2 302 €	118 €	172 €	8,1%
Polícia de Segurança Pública - Agente						1 267 €	1 742 €	1 328 €	1 841 €	62 €	99 €	5,7%
Guarda Nacional Republicana: (*)	22 899	22 351	22 899	548	2,5%	1 411 €	1 650 €	1 441 €	1 703 €	30 €	52 €	3,2%
Guarda Nacional Republicana - Oficial						2 307 €	2 653 €	2 469 €	2 812 €	162 €	160 €	6,0%
Guarda Nacional Republicana - Sargento						1 759 €	1 988 €	1 813 €	2 085 €	54 €	97 €	4,9%
Guarda Nacional Republicana - Guarda						1 324 €	1 559 €	1 345 €	1 601 €	21 €	42 €	2,7%
Serviço Estrangeiros Fronteiras	756	740	824	84	11,4%	2 010 €	2 781 €	2 069 €	2 889 €	60 €	107 €	3,9%
Guarda Prisional	4 312	4 084	4 385	301	7,4%	991 €	1 809 €	1 042 €	1 774 €	52 €	-35 €	-1,9%
Outro Pessoal de Segurança	1 990	1 407	1 343	-64	-4,5%	1 091 €	1 580 €	1 119 €	1 706 €	28 €	126 €	8,0%
Bombeiro	2 264	2 016	2 198	182	9,0%	966 €	1 449 €	995 €	1 552 €	29 €	104 €	7,2%
Polícia Municipal (e)	1 272	1 131	1 494	363	32,1%	934 €	1 369 €	995 €	1 528 €	60 €	160 €	11,7%

Entre Set.2015 e Março de 2018, portanto com o atual governo, o número de trabalhadores de todas as Administrações Públicas (Central, Autarquias, e Regional) aumentou em 24.963, o que significa um crescimento de 3,8%. No entanto, se a comparação for feita com Dez.2011 (727.785 trabalhadores), o total de trabalhadores de 2018 é ainda inferior, ao de 2011, em 53.406. O mesmo sucede em relação a vários grupos profissionais (ex.: Assistentes técnicos e assistentes operacionais). Mesmo comparando 2018 com 2015, há grupos profissionais cujo número aumentou mas há também grupos profissionais que continuaram a perder trabalhadores, segundo dados da DGAEP do Ministério das Finanças e Administração Pública.

Se quiser receber estes estudos diretamente envie mensagem para edr2@netcabo.pt

Entre os primeiros, cujo número aumentou, destacam-se os professores do ensino básico e secundário com mais 10.065 (+8,1%); o dos técnicos superiores com mais 7.013 (+12,7%); os médicos com mais 3.385 (+12,6%); os enfermeiros com mais 3.506 (+8,5%); os docentes do Ensino Universitário com mais 1.198 (+8,8%); e os docentes do Ensino Politécnico com mais 1.983 (+25,3%). Em relação aos professores do ensino básico e secundário, para se anular o efeito da sazonalidade, se se comparar Março/2015 com Março/2018, o aumento é de 6.107 (+4,7%), o que confirma que este grupo teve um aumento real importante. No entanto, com o atual governo, também existem grupos profissionais que continuaram a perder trabalhadores, como o dos assistentes técnicos (-818); os assistentes operacionais (-169); a PSP (-318); a Administração Tributária e Aduaneira (-223); as Forças Armadas (-3.258), etc., alguns deles causando a degradação dos serviços públicos sentida pela população.

A REPOSIÇÃO DOS CORTES NAS REMUNERAÇÕES TEVE UM EFEITO MUITO DESIGUAL A NÍVEL DE TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA

Se analisarmos agora os dados do lado direito do quadro 1, que contem os dados das Remunerações Base Médias Mensais (RBMM) ilíquidas e dos Ganhos Médios Mensais (GMM) também ilíquidos dos trabalhadores das Administrações Públicas (Central, Local e Regional) em Outubro de 2015 e em Janeiro de 2018, conclui-se que a reposição dos cortes nas remunerações teve efeitos muitos desiguais nos diferentes grupos profissionais, até porque durante o governo de Sócrates e de Passos Coelho/Paulo Portas tinham sofrido cortes muito desiguais em euros. Para evitar as críticas habituais, tenha sempre presente que se está a fazer comparações com as médias de cada grupo profissional e não com a remuneração base ou com o ganho de cada trabalhador individual, e as médias são diferentes das remunerações concretas individuais, no entanto são aquelas e não estas que se dispõem para a análise, e que nos dão um valor indicativo importante.

Como mostram os dados do quadro 1, **entre Out.2015 e Jan.2018, último mês em que se tem dados disponíveis, a reposição dos cortes determinou, em média para os trabalhadores da Função Pública, um aumento na Remuneração Base Média Mensal de 63€, e no Ganho médio (soma da Remuneração Base Média Mensal mais tudo aquilo que os trabalhadores recebem, como suplementos, horas extraordinárias, etc.) de 86€ (+5,3%).**

No entanto, é preciso ter presente, em primeiro lugar, que estamos a utilizar valores de remunerações e de ganhos ilíquidos, brutos, ou seja, antes de quaisquer deduções para o IRS, para a ADSE, e para a CGA ou Segurança Social; e, em segundo lugar, que o valor de 86€ não é distribuído de uma forma igual por todos os trabalhadores da Função Pública, uns tiveram uma reposição muito maior e outros o valor da reposição foi mínima ou mesmo não tiveram qualquer reposição porque não sofreram cortes nos passado pelo facto do valor das suas remunerações ser muito baixo.

Assim, a reposição dos cortes determinou que, entre Setembro de 2015 e Janeiro de 2018, o Ganho Médio dos dirigentes das Administrações Públicas tenha aumentado cerca de 400€ (+9%), dos diplomatas a subida foi de 1535€ (+17,9%); em relação aos docentes do Ensino Universitário e Politécnico o aumento médio foi de 260€ (+8%), enquanto a dos professores do ensino básico e secundário a reposição foi, em média, de 39€ (+1,6%), a dos Técnicos superiores foi de 38€ (+2,1%), etc., etc. **Nas últimas colunas que estão à direita do quadro 1, o leitor interessado encontrará quantificado os aumentos médios quer na Remuneração Base Média Mensal quer no Ganho Médio ilíquido dos diferentes grupos profissionais resultantes da reposição dos cortes.**

É importante recordar, **em primeiro lugar**, que os valores de remunerações e de ganhos do quadro 1, portanto sem cortes (os de Janeiro de 2018) correspondem praticamente àquelas que os trabalhadores da Função Pública recebiam no início de 2010, e que desde esse ano (quase 8 anos se passaram) não tiveram qualquer aumento quer na sua remuneração base quer no seu ganho; pelo contrário, continuam a sofrer cortes que ainda não foram repostos, como seja, no valor pago pelas horas extraordinárias realizadas; **em segundo lugar**, que são valores ilíquidos, brutos, ou seja, antes dos descontos para o IRS, ADSE e CGA ou Segurança Social. Os valores que recebem efetivamente, aqueles que levam para as suas casas para viver, são muito inferiores como vamos mostrar no ponto seguinte deste estudo em que iremos calcular o **ganho médio líquido** por grupos profissionais, ou seja, aquilo com que os trabalhadores ficam após ter sido deduzido o IRS, e os descontos para a ADSE, e para a CGA ou Segurança Social.

A PERDA DE PODER DE COMPRA DOS GANHOS MÉDIOS DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA ENTRE 2010 E 2018

O quadro 2 (os dados utilizados nos cálculos são os divulgados pela Direção Geral da Administração e Emprego Público – DGAEP - do Ministério Finanças), dá uma informação clara, embora indicativa porque utiliza Ganhos Médios de cada grupo profissional, sobre a dimensão da perda de poder de compra que os Trabalhadores das Administrações Públicas (Central, Local e Regional) sofreram entre 2010 e 2018

Quadro 2- A Redução do poder de compra dos trabalhadores da Função Pública entre 2010 e 2018

CARGO / CARREIRA / GRUPO	Ganho médio ilíquido (bruto)		Desconto ADSE		Desconto CGA/Seg. Social		Dedução IRS (casal, os 2 trabalham, com 1 filho)		GANHO MÉDIO LÍQUIDO (após as deduções do IRS, ADSE, CGA/Segurança Social e inflação)			
	2010 (sem cortes)	2018 (sem cortes)	2010 (1,5%)	2018 (3,5%)	2010 (11%)	2018 (11%)	2010	2018	2010	2018	2018 a preços de 2010 (deduziu-se o efeito do aumento de preços)	Redução poder compra 2010-2018
TOTAL	1 659,7 €	1 706,0 €	21,7 €	59,7 €	182,6 €	187,7 €	257,3 €	346,3 €	1 198,2 €	1 112,3 €	1 002,1 €	-16,4%
Represent. do poder legislat./órgãos executivos	3 288,9 €	3 388,0 €	39,5 €	118,6 €	361,8 €	372,7 €	805,8 €	996,1 €	2 081,8 €	1 900,7 €	1 712,3 €	-17,7%
Dirigente superior:	4 749,0 €	4 865,0 €	58,5 €	170,3 €	522,4 €	535,2 €	1 306,0 €	1 615,2 €	2 862,1 €	2 544,4 €	2 292,2 €	-19,9%
Dirigente intermédio:	3 159,2 €	3 158,0 €	40,1 €	110,5 €	347,5 €	347,4 €	774,0 €	928,5 €	1 997,6 €	1 771,6 €	1 596,1 €	-20,1%
Técnico Superior	1 832,6 €	1 817,0 €	25,2 €	63,6 €	201,6 €	199,9 €	302,4 €	368,9 €	1 303,5 €	1 184,7 €	1 067,3 €	-18,1%
Assist. técnico, técnico nível interm., administrativo	1 044,2 €	1 067,0 €	13,7 €	37,3 €	114,9 €	117,4 €	83,5 €	128,0 €	832,1 €	784,2 €	706,5 €	-15,1%
Assist. operac., operário, auxiliar; aprend. e pratic.	748,0 €	799,0 €	9,2 €	28,0 €	82,3 €	87,9 €	37,4 €	43,9 €	619,1 €	639,2 €	575,9 €	-7,0%
Informático	1 901,9 €	1 917,0 €	26,1 €	67,1 €	209,2 €	210,9 €	332,8 €	410,2 €	1 333,8 €	1 228,8 €	1 107,0 €	-17,0%
Magistrado	5 247,6 €	5 742,0 €	67,8 €	201,0 €	577,2 €	631,6 €	1 495,6 €	1 963,8 €	3 107,0 €	2 945,6 €	2 653,7 €	-14,6%
Diplomata (d)	8 246,4 €	10 105,0 €	37,0 €	353,7 €	907,1 €	1 111,6 €	2 638,8 €	4 072,3 €	4 663,4 €	4 567,5 €	4 114,8 €	-11,8%
Pessoal de Investigação Científica	3 428,3 €	3 420,0 €	49,8 €	119,7 €	377,1 €	376,2 €	839,9 €	1 005,5 €	2 161,4 €	1 918,6 €	1 728,5 €	-20,0%
Docente Ensino Universitário	3 666,6 €	3 649,0 €	53,4 €	127,7 €	403,3 €	401,4 €	935,0 €	1 120,2 €	2 274,9 €	1 999,7 €	1 801,5 €	-20,8%
Docente Ensino Superior Politécnico	3 043,6 €	3 189,0 €	43,9 €	111,6 €	334,8 €	350,8 €	715,2 €	937,6 €	1 949,7 €	1 789,0 €	1 611,7 €	-17,3%
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	2 144,8 €	2 115,0 €	30,8 €	74,0 €	235,9 €	232,7 €	396,8 €	494,9 €	1 481,3 €	1 313,4 €	1 183,3 €	-20,1%
Pessoal de Inspeção	2 481,0 €	2 608,0 €	32,2 €	91,3 €	272,9 €	286,9 €	533,4 €	691,1 €	1 642,4 €	1 538,7 €	1 386,2 €	-15,6%
Médico	3 642,4 €	3 637,0 €	41,6 €	127,3 €	400,7 €	400,1 €	928,8 €	1 116,6 €	2 271,3 €	1 993,1 €	1 795,6 €	-20,9%
Enfermeiro	1 528,5 €	1 571,0 €	20,1 €	55,0 €	168,1 €	172,8 €	214,0 €	293,8 €	1 126,3 €	1 049,4 €	945,4 €	-16,1%
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	1 412,2 €	1 422,0 €	18,9 €	49,8 €	155,3 €	156,4 €	197,7 €	246,0 €	1 040,3 €	969,8 €	873,7 €	-16,0%
Técnico Superior de Saúde	2 090,0 €	2 100,0 €	28,3 €	73,5 €	229,9 €	231,0 €	407,5 €	491,4 €	1 424,2 €	1 304,1 €	1 174,9 €	-17,5%
Administ. Tributária e Aduaneira	2 073,9 €	2 113,0 €	28,4 €	74,0 €	228,1 €	232,4 €	404,4 €	494,4 €	1 413,0 €	1 312,2 €	1 182,1 €	-16,3%
Conservador e Notário	3 938,0 €	4 074,0 €	54,7 €	142,6 €	433,2 €	448,1 €	1 004,2 €	1 250,7 €	2 445,9 €	2 232,6 €	2 011,3 €	-17,8%
Oficial dos Registos e do Notariado	2 089,8 €	2 073,0 €	28,7 €	72,6 €	229,9 €	228,0 €	407,5 €	464,4 €	1 423,6 €	1 308,1 €	1 178,4 €	-17,2%
Oficial de Justiça	1 677,7 €	1 607,0 €	21,5 €	56,2 €	184,5 €	176,8 €	260,0 €	300,5 €	1 211,5 €	1 073,5 €	967,1 €	-20,2%
Forças Armadas	1 540,4 €	1 609,0 €	17,3 €	56,3 €	169,4 €	177,0 €	238,8 €	300,9 €	1 114,9 €	1 074,8 €	968,3 €	-13,1%
Polícia Judiciária	2 288,3 €	2 284,0 €	27,9 €	79,9 €	251,7 €	251,2 €	537,7 €	559,6 €	1 471,0 €	1 393,2 €	1 255,2 €	-14,7%
Polícia de Segurança Pública	1 812,9 €	1 919,0 €	20,6 €	67,2 €	199,4 €	211,1 €	299,1 €	410,7 €	1 293,8 €	1 230,1 €	1 108,2 €	-14,3%
Guarda Nacional Republicana	1 660,1 €	1 703,0 €	20,8 €	59,6 €	182,6 €	187,3 €	257,3 €	318,5 €	1 199,4 €	1 137,6 €	1 024,9 €	-14,5%
Serviço Estrangeiros Fronteiras	3 009,0 €	2 889,0 €	32,1 €	101,1 €	331,0 €	317,8 €	707,1 €	803,1 €	1 938,8 €	1 667,0 €	1 501,8 €	-22,5%
Guarda Prisional	1 951,8 €	1 774,0 €	15,4 €	62,1 €	214,7 €	195,1 €	361,1 €	360,1 €	1 360,6 €	1 156,6 €	1 042,0 €	-23,4%
Outro Pessoal de Segurança	1 535,6 €	1 706,0 €	16,2 €	59,7 €	168,9 €	187,7 €	215,0 €	346,3 €	1 135,5 €	1 112,3 €	1 002,1 €	-11,7%
Bombeiro	1 474,5 €	1 552,0 €	14,9 €	54,3 €	162,2 €	170,7 €	206,4 €	266,9 €	1 090,9 €	1 060,0 €	955,0 €	-12,5%
Polícia Municipal (e)	1 399,1 €	1 528,0 €	14,0 €	53,5 €	153,9 €	168,1 €	181,9 €	262,8 €	1 049,3 €	1 043,6 €	940,2 €	-10,4%

Como mostram os dados do quadro 2, entre 2010 e 2018, **o poder de compra do ganho médio líquido** (aquilo que os trabalhadores recebem após terem sido feitos todos os descontos para o IRS, ADSE, CGA ou Segurança Social, e após também se ter deduzido o efeito corrosivo do aumento de preços verificado neste período) **dos trabalhadores da Função Pública sofreu uma redução média de 16,4% entre 2010 e 2018, que ainda não foi corrigida.**

No entanto, se análise for feita por grupo profissional, conclui-se que a perda de poder de compra varia bastante de grupo profissional para grupo profissional. Assim, **os Guardas prisionais sofreram uma redução de poder de compra estimada em 23,4%, enquanto a redução do poder de compra dos Assistentes operacionais foi de 7%; a redução do poder de compra do ganho médio líquido dos professores do ensino básico e secundário foi de 20,1%; dos médicos de 20,9%; dos Técnicos superiores de 18,1%; dos Assistentes técnicos atingiu 15,1%, etc., etc..** Uma das causas é a taxa de IRS.

Pode-se afirmar, que **a recuperação real dos rendimentos dos trabalhadores das Administrações Públicas (Central, Local e Regional) ainda está por se fazer.** O seu poder de compra atual, mesmo com a reposição dos cortes das remunerações que foi feita, ainda continua a ser muito inferior ao poder de compra que tinham no início de 2010. Os efeitos do enorme aumento do IRS, da subida do desconto para a ADSE, e o efeito corrosivo do aumento dos preços neste período que ainda não foram corrigidos. **E o atual governo recusa-se a debater a situação movido pelo desejo de brilhar em Bruxelas.**

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt – 1-7-2018